

**Curso/Disciplina:** Direito Penal Especial

**Aula:** Contrabando

**Professor:** Marcelo Uzêda

**Monitora:** Vanessa Alves

## Aula nº 65

### Contrabando

Art. 334-A. Importar ou exportar mercadoria proibida

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

§ 1º Incorre na mesma pena quem:

I - Pratica fato assimilado, em lei especial, a contrabando;

II - Importa ou exporta clandestinamente mercadoria que dependa de registro, análise ou autorização de órgão público competente;

III - reinsere no território nacional mercadoria brasileira destinada à exportação

IV - Vende, expõe à venda, mantém em depósito ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria proibida pela lei brasileira

V - Adquire, recebe ou oculta, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria proibida pela lei brasileira.

§ 2º - Equipara-se às atividades comerciais, para os efeitos deste artigo, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino de mercadorias estrangeiras, inclusive o exercido em residências.

§ 3º A pena aplica-se em dobro se o crime de contrabando é praticado em transporte aéreo, marítimo ou fluvial.

O crime de contrabando pode ser absoluto ou relativo.

O colete a prova de balas se preenchidas as condições pode ser importado.

### Informativo 577 do STJ

Configura crime de contrabando a importação de colete de balas, sem prévia autorização do Comando do Exército.

RHC 62.851-PR, Rel. Min. Sebastião Reis

Trata-se de norma penal em branco, com o complemento da portaria do Exército.

### **Informativo 551 do STJ**

Contrabando de arma de pressão e impossibilidade de aplicação do princípio da insignificância.

REsp 112748-TO 3º Seção.

A situação envolve outros bens jurídicos importantes a coletividade como saúde, segurança, bem-estar.

Neste caso também se trata de proibição relativa, pois tem que seguir normatização federal de controle e comercialização.

Se o sujeito diz que não sabe?

Ninguém pode alegar o desconhecimento da lei, já o erro quanto a ilicitude pode acontecer que é diferente de erro de tipo.

Existe um dever de informar-se neste caso.

#### **Erro sobre a ilicitude do fato**

Art. 21 - O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.

Parágrafo único - Considera-se evitável o erro se o agente atua ou se omite sem a consciência da ilicitude do fato, quando lhe era possível, nas circunstâncias, ter ou atingir essa consciência

### **Informativo 536**

Não é aplicável o princípio da insignificância em relação a conduta de importar gasolina sem autorização e sem o devido recolhimento de tributo.

**Contrabando impróprio** é o descaminho, porque envolve iludir para não pagamento de tributo

O parágrafo 1º traz

I – Fato assimilado: legislação de zona franca, navegação de cabotagem. A lei especial vai trazer as hipóteses por se tratar de norma penal em branco

II – Traz a hipótese de contrabando relativo.

III – reinserção no território de mercadoria exportada.

IV – Venda de mercadoria proibida – caracteriza o pós fato.

V – Adquire, recebe mercadoria proibida – os mesmos verbos do crime de receptação, mas neste caso tratando de mercadoria proibida.

Se enquadram neste crime os ambulantes que vendam mercadorias proibidas, vendedores de suplementos de academia.

Se o crime é praticado por meio aéreo, marítimo ou fluvial a pena é dobrada. Não precisa ser transporte clandestino.